

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES

VERSÃO 1.0

PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE
E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL
(IEPTB)
DEZEMBRO/2022**

I. SOBRE NÓS E NOSSA INTENÇÃO COM ESTA POLÍTICA

1. Olá, Leitor(a)! O **Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (“Nós”, “Nosso” e suas variações ou “IEPTB” ou “IEPTB-BR”)** é uma associação civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e constituída por tempo indeterminado, cuja atuação é regulada pelas Leis de protesto nº 9.492/97 e 8.935/94.
2. O IEPTB tem o compromisso sério com a privacidade e proteção dos dados pessoais de todos os nossos Clientes, Apresentantes, parceiros e prestadores de serviços e, por isso, a presente **“Política de Privacidade” (“Política”)**, é destinada a *Você - cliente, fornecedor ou prestador de serviço -*, titular de dados pessoais que possui relacionamento com o IEPTB.
3. O objetivo desta Política é zelar pela transparência sobre como coletamos, tratamos e compartilhamos seus dados pessoais em nossa atuação, bem como sobre quais são os seus direitos como titular de dados pessoais e a forma de exercê-los perante Nós, em observância à legislação aplicável, especialmente à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - “LGPD”) e ao Provimento nº 134/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta a LGPD no âmbito das serventias extrajudiciais.

II. APLICABILIDADE DESTA POLÍTICA

4. Esta Política se aplica às informações que Você nos fornece ou que podemos obter de Você, por meio dos nossos domínios e plataformas de serviços (“Serviços”). Assim, qualquer pessoa natural que acesse ou use estes Serviços será considerada um Cliente (“Você”, “Seu”, “Seus” ou “Cliente”) e está ciente de que suas informações podem ser coletadas e tratadas conforme estabelecido nesta Política. Leia-a com atenção antes de acessar ou usar os nossos Serviços. **Boa leitura!**

III. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E FINALIDADES

5. Para que possamos te fornecer adequadamente nossos Serviços, podemos coletar os seguintes dados pessoais destinados a atender à finalidade da prestação do serviço, na persecução do interesse público, os quais serão armazenados em sistemas próprios ou contratados:

Categorias de Dados Tratados	Descrição e Motivo do Tratamento
Dados pessoais fornecidos pelo Cliente para cadastro nos sistemas, utilização de nossos Serviços e cumprimento de obrigação legal ou regulatória previstas nas Leis nº 9.492/97, 8.935/94, Lei nº 13.775/18 e Provimento nº 87/19 do CNJ e Resolução nº 01/19 do Conselho Gestor da CENPROT	<p>A partir do seu cadastro nas plataformas do IEPTB e/ou do seu acesso aos nossos Serviços por meio de login e senha ou certificado digital, podemos tratar os seguintes dados:</p> <p>(i) dados cadastrais:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Representantes dos Cartórios: nome do Tabelião e CPF; quando os dados do cartório estiverem em nome do Tabelião, também podemos tratar dados bancários;b. Usuário administrador: nome, telefone, e-mail e CPF;c. Usuário da plataforma/Escreventes/Preposto: nome, CPF, telefone, função, e-mail e senha; <p>(ii) dados de título (instrumento de protesto): nome, data e número de protocolização, nome do apresentante e endereço, reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas, certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas, indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas, aquiescência do portador ao aceite por honra, nome, número do documento de identificação do devedor e endereço, data e assinatura do Tabelião de Protesto, de seus substitutos ou de Escrevente autorizado;</p> <p>(iii) documentos de identidade;</p> <p>(iv) dados bancários.</p> <p>Esses dados são coletados somente quando necessários para o fornecimento de nossos Serviços por meio do cadastro do Cliente na CENPROT, gestão do instrumento de protesto, prestação e operacionalização dos Serviços prestados, manutenção do seu cadastro em nossas bases, acompanhamento e gestão de pagamento das custas, emolumentos e do instrumento de protesto.</p>

Dados de fornecedores e prestadores de serviço

O IEPTB pode coletar dados de fornecedores ou prestadores de serviços contratados e de seus sócios, tais como: nome, número de celular, CPF, CNPJ, endereço e e-mails funcionais. Esses dados são coletados somente quando necessários para o controle interno da ordem de serviço executada, cadastro dos parceiros, acompanhamento dos serviços executados no/para o IEPTB, elaboração de contratos, avaliar as documentações regulatórias aplicáveis disponíveis, emitir a nota fiscal, bem como garantir a relação de confiança entre as partes.

Dados de uso e navegação na plataforma de Clientes

Coletamos informações sobre as atividades realizadas através do uso de nossos websites e nossas plataformas como as CENPROTs (Cartórios, Empresas, Estadual e Pública) e CRA, como datas, duração e frequência das sessões do Cliente e acesso por qualquer meio ao Serviço e geolocalização do dispositivo, tablets ou computadores por meio dos quais o Serviço é acessado e utilizado; endereço de IP da conexão, data, horário, duração e frequência do acesso à Plataforma e informações gerais, de caráter estatístico, anonimizadas, que incluem informação técnica sobre o Seu dispositivo, sistema operacional e ID. Também poderemos utilizar ferramentas, próprias ou de terceiros, para monitoramento das atividades realizadas enquanto Você acessa o nosso site, tais como *cookies* e ferramentas de *analytics* e performance. Veja abaixo - na Seção VII desta Política - maiores informações sobre o tema.

Dados para comunicação informativa com CRAs Estaduais, Cartórios, empresas e clientes conveniados

Podemos coletar nome, comarca do título, e-mail e número do cartório para fins de realizar comunicações informativas por e-mail ou plataformas internas com os cartórios, CRAs Estaduais, empresas e clientes conveniados, sem o intuito de captação de clientes ou leads.

Dados tratados para exercício regular de direitos pelo IEPTB em processos judiciais, administrativos ou arbitrais

Podemos tratar dados pessoais para que possamos analisar e comprovar fatos e questões sob a perspectiva jurídica, de modo a atuar e instruir demandas judiciais, administrativas ou arbitrais das quais o IEPTB figure como parte ou, de alguma forma, seja parte interessada, bem como quando necessário para responder, de boa-fé, a ordens judiciais ou demais intimações encaminhadas por órgãos competentes e cumprimento de obrigação legal ou

regulatória prevista no âmbito do protesto. Dessa forma, podemos manter seus dados para estrito cumprimento desta finalidade.

IV. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

6. Podemos compartilhar os seus dados pessoais com terceiros, dentro dos limites da legislação aplicável ao IEPTB e para fins de cumprimento às nossas finalidades de efetuar pesquisas, estudos e desenvolver aprimoramentos para a atividade do protesto, com o intuito de melhor atender ao público Cliente. São eles:

Terceiros/Parceiros comerciais do IEPTB

CLIENTES para a realização e prestação de nossos Serviços regulados por lei. Nossas parcerias são feitas após a celebração de Convênios de Adesão à CENPROT NACIONAL, os quais buscam garantir a mesma proteção aos dados pessoais conferida nesta Política e disciplinam a prestação do serviço eletrônico, que inclui: envio de títulos a protesto; consulta eletrônica de informações de existência ou inexistência de protesto; disponibilização para impressão ou download de instrumento eletrônico de protesto; recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento do protesto, bem como de solicitação eletrônica de cancelamento de protesto; recepção de pedidos de certidão de protesto e disponibilização de certidão eletrônica de protesto.

PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS para a realização e prestação de serviços relacionados ao *onboarding* e cadastramento dos Clientes, apoio em demandas de segurança da informação, apoio jurídico, serviços relacionados às manutenções diversas no IEPTB, gestão de base de dados, demandas de marketing e proteção de privacidade, demandas relacionadas ao desempenho dos Serviços do Instituto, parceiros de envio de documentos e instrumentos de protesto (Correios) e gestão e acesso ao escritório físico.

ÓRGÃOS PÚBLICOS para cumprimento de **obrigações legais ou regulatórias** a partir de convênios, atos normativos ou outros instrumentos formais e ordens proferidas por autoridades públicas competentes, bem como para atendimento de solicitações judiciais, administrativas ou arbitrais.

CARTÓRIOS DE PROTESTO DO BRASIL E IEPTBs Estaduais para fins de cumprimento de obrigação legal e operação das plataformas de serviços e compartilhamento de informações, como a CENPROT, central de serviços compartilhados dos tabeliães do Brasil, regulada pela Lei nº 13.775/2018 e pelo Provimento CN-CNJ 87 de 11 de setembro de 2019 e Resolução nº 01 de 5 de novembro de 2019 e a CRA Nacional, plataforma de remessa de arquivos.

V. MEDIDAS DE SEGURANÇA, ARMAZENAMENTO E PRAZO DE RETENÇÃO

7. Todos os dados tratados pelo IEPTB são armazenados em servidores e sistemas seguros, em observância às melhores exigências estabelecidas pela legislação vigente, e com base na implementação e atualização constantes das melhores práticas do mercado em termos de segurança e privacidade, garantindo a integridade e proteção dos Seus dados pessoais e em linha com as legislações e normas aplicáveis sobre o tema, como o Provimento CNJ 74/2018. Conheça algumas delas:

Políticas alinhadas com as regras e normas relacionadas aos temas de privacidade e proteção de dados

Política de Segurança da Informação e Plano de Resposta a Incidentes

Melhores práticas de backup e segurança de dados

Treinamentos periódicos voltados para segurança da informação

Medidas de controle de acesso

Eliminação segura de documentos que não precisam ser guardados por imposição, de acordo com as previsões dos Provimentos CNJ 50/2015 e CN-CNJ 134/2022, quando superada a necessidade de sua guarda por outras circunstâncias, tais como prescrição civil, tributária e penal

8. Para além das medidas elencadas acima, tratamos o seu dado pessoal somente pelo período necessário às finalidades para as quais foram realizadas as coletas e de acordo com a legislação federal aplicável. Mais especificamente, poderemos manter seus dados pessoais enquanto viger nossa relação comercial e/ou legal ou para cumprimento de obrigação legal, regulatória ou para o nosso exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, tendo como limites de guarda os prazos prescricionais e decadenciais pertinentes previstos nas Leis nº 9.492/97, 8.935/94 e 13.775/2018, assim como os Provimentos CNJ nº 50/2015 e nº 134/2022.

VI. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

9. Mantemos os seus dados em nossas bases de dados localizadas no território nacional, incluindo, mas não se restringindo, a servidores de computação em nuvem. Além disso, no oferecimento de nossos Serviços, procuramos sempre celebrar parcerias comerciais garantindo o alto nível de segurança no armazenamento das informações, buscando estabelecer contratos que respeitem os termos desta Política de Privacidade e a

legislação de proteção de dados pessoais aplicável. Nosso objetivo é manter parcerias capazes de garantir os mesmos níveis de proteção conferidos nesta Política de Privacidade. Nestes casos, quando alguns desses parceiros possuem sede fora do país, os seus dados poderão ser armazenados em servidores localizados fora do território nacional.

VII. COLETA DE COOKIES

10. *Cookies* são um recurso padrão das plataformas que permitem armazenar pequenas quantidades de dados em seu computador ou dispositivo móvel a respeito da sua visita à plataforma. Os *Cookies* ajudam o IEPTB a aprender, por exemplo, quais áreas do site são úteis a Você e quais áreas precisam ser melhoradas. Os usos específicos são apresentados abaixo.

11. Assim, Você pode optar por aceitar o uso de *Cookies* e tecnologias semelhantes em nosso banner de duas formas: **(i)** aceitando ou rejeitando a coleta de *Cookies* não essenciais através do *Cookie Banner* que o IEPTB coloca à sua disposição, ao qual pode aparecer através da mensagem de informação básica sobre *Cookies* que aparece quando visita o website pela primeira vez; ou **(ii)** em geral, alterando as configurações do seu navegador.

12. Informações sobre o procedimento para ativar ou desativar os *Cookies* podem ser encontradas no site do seu provedor de Internet por meio da tela de ajuda, ou por meio dos seguintes links: [Chrome](#); [Firefox](#); [Microsoft Edge](#); [Internet Explorer](#). No entanto, se Você os desativar, sua experiência no site poderá ser reduzida e alguns recursos poderão não funcionar conforme o esperado, em especial aqueles ligados ao uso de Certificados Digitais.

a. *Cookies* e tecnologias semelhantes que podemos utilizar em nosso site quanto à sua finalidade

13. A seguir, indicamos os diferentes tipos de *Cookies* e tecnologias semelhantes que poderão ser utilizados por nós:

Tipos de <i>cookies</i>	Descrição
<i>Cookies</i> essenciais	Esses <i>Cookies</i> permitem a você navegar pelo site, bem como utilizar suas funcionalidades. Sem esses <i>Cookies</i> , o site não desempenhará o quanto pretendido, podendo até não ser possível a utilização de

	<p>determinadas funcionalidades. Esse tipo de cookies também pode obter informações sobre a navegação para que se possa personalizar a experiência do Cliente.</p>
Cookies analíticos/estatísticos	<p>Esses <i>Cookies</i> coletam informações para gerar relatórios que indicam quais são as páginas mais visitadas na plataforma, o tempo gasto e os <i>links</i> clicados nas páginas. Isso permite ao IEPTB ver os padrões gerais de uso do site. Essas informações são utilizadas apenas para analisar o tráfego da plataforma, e não para identificar informações individuais sobre Você.</p>
Cookies próprios ou de terceiro	<p>Cookies de proprietários: aqueles que são enviados para o seu dispositivo a partir do website gerido pelo IEPTB.</p> <p>Cookies de terceiros: aqueles que são enviados para o seu dispositivo a partir de um computador e/ou domínio que não é gerido pelo IEPTB, mas por terceiro que realiza o tratamento dos dados obtidos através dos Cookies para os seus próprios fins.</p>
Prazo de expiração dos Cookies	<p>Cookies de Sessão: são os concebidos para recolher e armazenar informações apenas durante toda a sua visita ao website, e desaparecem no final da sessão. São normalmente utilizados para armazenar informações a fim de garantir as funcionalidades básicas do website durante a visita.</p> <p>Cookies Persistentes: são aqueles em que as informações obtidas continuam a ser armazenadas no dispositivo e expiram após um período superior à duração da sua visita ao website. Este período é definido pelo responsável pelo Cookie e varia de acordo com cada tipo de Cookie, podendo permanecer no dispositivo por um período específico ou até a exclusão.</p>

VIII. SEUS DIREITOS EM RELAÇÃO AO PROCESSAMENTO DE SEUS DADOS PESSOAIS

14. Você poderá exercer seus direitos referentes ao processamento de seus dados pessoais de forma gratuita conforme estabelecido pela LGPD, aos quais **devem ser solicitados de forma expressa por Você (titular dos dados pessoais)** ou por seu representante legal, **devendo ser comprovada a sua titularidade**, com o objetivo de garantir a confidencialidade dos dados e assegurar sua titularidade.

15. Além disso, nos termos do art. 20 do Provimento CNJ nº 134/2022, a gratuidade do livre acesso dos titulares de dados (art. 6º, IV, da LGPD) será restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos da serventia, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo, em qualquer hipótese, alcançar ou implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços notariais e registrais dotados de fé-pública.

16. Conheça seus direitos a seguir:

Direito à informação (Art. 9 e 18, VII e VIII da LGPD)

Você tem o direito de ser informado sobre: **(i)** a finalidade, a forma e a duração do tratamento; **(ii)** a identificação e as informações de contato do IEPTB; **(iii)** as informações acerca do compartilhamento dos Seus dados com entidades públicas e privadas, a finalidade desse compartilhamento e as responsabilidades dos agentes de tratamento envolvidos; e **(iv)** como exercer outros direitos previstos na Lei, como os direitos do art. 18 da LGPD.

Direito de confirmação ao tratamento e direito de acesso (Art. 18, I e II da LGPD)

Você poderá confirmar se tratamos seus dados pessoais, assim como poderá solicitar acesso a essas informações.

Direito à retificação dos seus dados (Art. 18, III da LGPD);

Você pode requisitar a correção de seus dados incompletos, inexatos ou desatualizados na base de dados do IEPTB, de acordo com a LGPD e da Lei do Habeas Data. O IEPTB fará esforços para informar seus parceiros e terceiros a respeito da necessidade de atualização dos dados (art. 18, § 6º), exceto quando essa comunicação for comprovadamente impossível ou implicar em esforço desproporcional. **Destaca-se que, em caso de documentos ou informações apresentadas ou distribuídas no para fins de protesto são de responsabilidade do apresentante, não possuindo o IEPTB ingerência por estes dados ou possibilidade de atualização/correção de instrumentos de protesto, conforme previsto no art. 5, § único da Lei nº 9.492/97.**

Direito à anonimização, ao bloqueio, à eliminação de dados desnecessários (Art. 18, IV da LGPD) e à oposição (Art. 18, § 2º da LGPD);

Quando os dados pessoais tratados forem desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com esta Política ou com a legislação aplicável, Você poderá nos solicitar, caso aplicável: **(i)** a anonimização; **(ii)** o bloqueio; **(iii)** a eliminação, de seus dados pessoais; ou **(iv)** a oposição ao tratamento, mesmo que tais dados sejam tratados mediante outra base legal que não o consentimento - salvo em caso de protestos decorrentes da Lei nº 9.492/97 e 8.935/94. Cumpre destacar que todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, **não cabendo ao Tabelião de Protesto ou ao IEPTB investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade ou alterar**

dados pessoais decorrentes dos títulos recebidos em seus sistemas - nestes casos, os pedidos devem ser realizados nos respectivos Cartórios.

O IEPTB recomenda que seu pedido indique as razões pelas quais Você entende que seus dados estão sendo tratados em desconformidade com a legislação de proteção de dados pessoais. Diante disso, poderemos retornar à Você com informações e respostas mais precisas a respeito dos fatos questionados. Nesses casos, registraremos o Seu pedido e caso seja verificada e diagnosticada alguma dessas hipóteses, nos comprometemos a excluir os dados questionados. Caso não seja possível verificar qualquer irregularidade, informaremos a Você a respeito e procuraremos resolver eventuais dúvidas relacionadas às nossas atividades de tratamento.

Direito de revogação do consentimento e eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular (Art. 18, VI e IX da LGPD);

É possível que Você, de forma livre e a qualquer momento, revogue seu consentimento a determinado tratamento de dados mediante manifestação expressa, gratuita e facilitada, sempre que esta for a base legal utilizada.

Direito de portabilidade (Art. 18, V, da LGPD)

Tratando-se de dados utilizados no serviço de protesto regulado pela Lei 9.492/97, em razão da insubstitutividade do protesto, e do regime de territorialidade do serviço, não há possibilidade de portabilidade dos dados pessoais. Contudo, mais esclarecimentos sobre a implementação e concretização deste direito estão pendentes de regulamentação pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Direito de revisão ou explicação de tomada de decisão automatizada (Art. 20, da LGPD)

Você pode solicitar o direito à revisão das decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais quando estas decisões afetam diretamente os seus interesses e de receber uma explicação acerca dos critérios e procedimentos que levaram a ela, observados os segredos comercial e industrial.

17. O IEPTB buscará cumprir com celeridade todas as solicitações enviadas pelos titulares pelo [Portal do Titular do IEPTB](#). No entanto, em alguns casos, é possível que haja motivos legítimos para que o IEPTB deixe de atender a uma solicitação em razão da existência de obrigação de reter dados, seja para cumprir obrigações legais ou regulatórias, seja para possibilitar a defesa do IEPTB ou de terceiros em disputas de qualquer natureza. Informaremos a Você a respeito e procuraremos resolver eventuais dúvidas.

18. Ao utilizar alguns dos nossos serviços que exijam o compartilhamento de dados, Você compreende que tais dados poderão ser tratados pelo Parceiro de acordo com suas próprias políticas de privacidade.

IX. CANAL PARA CONTATO COM O ENCARREGADO E ALTERAÇÕES NA POLÍTICA

19. Em caso de dúvidas sobre esta Política, entre em contato conosco através do Portal do Titular do IEPTB <https://portaldotitular.cartoriosdeprotesto.org.br/> ou diretamente com o nosso Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, Rodrigo Fontoura, pelo e-mail **encarregado@cartoriosdeprotesto.org.br**.

20. Poderemos alterar esta Política de Privacidade a qualquer tempo, visto que buscamos sempre melhorar e aprimorar nossos Serviços. Em caso de alterações, disponibilizaremos nossa nova Política a todos os Clientes em nosso site.

X. LEI COMPETENTE E FORO APLICÁVEL

21. Esta Política de Privacidade é regida pela legislação do Brasil. Qualquer litígio relacionado ao site, à Política de Privacidade ou ao seu conteúdo deverá ser submetido ao Foro da Comarca de São Paulo - SP, excetuando-se os casos em que houver previsão legal em contrário.

Última modificação: 08.12.2022